



Confederação do Turismo exige mão do governo para acabar com greve da Groundforce

No total, foram cancelados 600 voos em dois dias (sábado e domingo) e o setor do turismo diz que é "urgente" evitar nova greve no final de julho e nos primeiros dias de agosto. *"Alguém já teve o trabalho de calcular os custos de tantos voos cancelados?"* A Confederação do Turismo de Portugal defende que a situação é completamente inaceitável. Considera que é urgente que trabalhadores e administração da empresa que trata das bagagens cheguem a acordo, caso contrário, o Governo deve avançar para a requisição civil. *"Não podemos, de maneira nenhuma, vir a ter mais mil voos cancelados*



em 31 de julho e 1 e 2 de agosto. O direito à greve está constitucionalmente previsto, mas isso não pode prejudicar milhares e milhares de pessoas e prejudicar como está a prejudicar a imagem do país. Sou apologista de qualquer medida que evite que se venha a repetir algo que já vai dar uma imagem muito negativa de Portugal. Se necessário for uma requisição civil, que seja feita", defende Francisco Calheiros, presidente da confederação. *"A Groundforce diz que a TAP deve dinheiro à empresa e a TAP diz que esses montantes não são devidos. Estamos num impasse e é urgente - para ontem - que o Governo intervenha".*

ASSEMBLEIA GERAL

No passado dia 6 de julho reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Geral da AICE, através de videoconferência.

Em debate estiveram vários pontos de agenda.

Os associados votaram o Relatório, o Balanço e Contas de 2020 e votaram favoravelmente a proposta de Orçamento para 2021.



Mais turismo de natureza a Norte e Centro e menos de praia a Sul

O turista nacional diversifica os destinos mas não compensa a falta de estrangeiros. Estes preferem o Algarve mas os números este ano, não são muito animadores e os prejuízos não são compensados pelos portugueses.



O turista nacional diversifica mais os destinos, preferindo também o norte, Lisboa e o centro do país, o que faz com que o Algarve perca terreno. O Algarve, a Área Metropolitana de Lisboa e a Madeira, ocupavam os três primeiros lugares nas preferências dos viajantes internacionais antes da pandemia, daí que registem as maiores quebras.

Nos primeiros cinco meses do ano, as regiões que diminuíram menos no número de dormidas foram o Alentejo (-0,4%), os Açores (-16,4%), Centro (-26,8%) e o Norte (-39,3%), enquanto as restantes registaram decréscimos superiores a 50%, segundo o Instituto Nacional de Estatística.

As zonas serranas e rurais são a escolha de dois em cada dez portugueses e perto de 8% irá viajar dentro do país, para visitar cidades de norte a sul de Portugal. Perto de um quarto não tem planos para o verão e 20% vai ficar em casa.

Vendas de casas em Portugal abranda face ao resto da UE

A pandemia abalou a economia e embora o mercado imobiliário tenha sido um dos menos afetados em 2020 registou-se uma quebra de 5% nas transações de imóveis e este ano, apesar de uma ligeira melhoria, as vendas foram em média, as baixas da União Europeia.



Em 2021, Portugal passou de um cenário negativo para positivo, ao registar uma subida de 0,5% no número de transações face ao primeiro trimestre do ano passado, contudo, muito abaixo da Bélgica (+26,1%), Dinamarca (47,5%) e França (54,1%).

No lado oposto, Eslovénia e Irlanda apresentaram as maiores descidas: -11,2% e -6,9%, respetivamente.

No ano passado, de um total de 13 Estados-membros analisados pelo Eurostat, apenas três viram as transações de casas aumentarem: Finlândia, Países Baixos e Dinamarca. Nos restantes, o cenário foi de quebras, com Portugal a registar uma diminuição na ordem dos 5%, a sétima mais baixa. Chipre, Eslovénia e Bélgica assistiram às maiores descidas (mais de 15%).

Preços das casas desaceleram em 18 municípios com mais de 100 mil habitantes

O preço mediano de alojamentos familiares em Portugal foi de 1241 euros por metro quadrado no primeiro trimestre deste ano. No geral, registou-se um crescimento de 3,1 % no preço da habitação, mas, segundo o gabinete de estatística, em 18 dos 24 municípios com mais de 100 mil habitantes os preços da habitação desaceleraram. Nos primeiros três meses do ano, os preços mais elevados registaram-se nas sub-regiões do Algarve (1.755 euros por metro quadrado, subindo 4,3% face ao período homólogo anterior), da Área Metropolitana de Lisboa (1.685 euros, mais 4,1%) e da Área Metropolitana do Porto (1.333 euros, mais 3,1%). Também a Região Autónoma da Madeira (1.402 euros por metro quadrado) registou preço mediano superior ao país, mas com um aumento homólogo (1,4%) inferior ao nacional.

Dados do INE revelam que o maior decréscimo, de 19,3%, registou-se na região da Beira e Serra da Estrela, assim como o menor preço mediano de venda de alojamentos familiares (476 euros por metro quadrado).



Lisboa continua a registar o preço médio mais alto dos municípios do país (3.257 euros por metro quadrado), seguida por Cascais (2.936 euros), Oeiras (2.536 euros), Porto (2.282 euros) e Odivelas (2.071 euros).

Os últimos 5 meses de vida dos Vistos Gold em Lisboa e Porto

Os cerca de seis mil milhões de euros investidos para obter uma autorização de residência foram quase exclusivamente para a compra de imóveis (90,4%). Lisboa lidera claramente as preferências. Entre janeiro de 2020 e maio de 2021, a capital portuguesa atraiu 1012 desses investidores, nove vezes mais que o Porto (112). Cascais é a terceira cidade, totalizando 104 estrangeiros.

O programa criado para oferecer oportunidades de investimentos que conferem licença para que estrangeiros possam morar no país

está na reta final, sobretudo nas grandes cidades do Litoral. Aquela que tem sido a opção mais atrativa para obtenção de visto de residência, a compra de imóveis com valor superior a 500 mil euros, sofre um grande revés.

A partir de 31 de dezembro deste ano, haverá uma importante mudança: os investimentos serão limitados a imóveis no interior do país, Madeira e Açores – locais com baixa densidade geográfica. Na prática, não será possível comprar uma casa ou apartamento nas cidades que mais estrangeiros têm atraído.

Portugal, considerado terceiro quarto mais pacífico do mundo, de acordo com o Índice Global de Paz continua a atrair investidores mas a concorrência é cada vez maior. Os

cidadãos da China são ainda os principais utilizadores da medida, mas tem vindo a notar-se uma quebra do seu domínio, sobretudo no último ano (50,4 %), mantendo-se o Brasil em segundo lugar, embora com uma dimensão muito menor. Mas começam a surgir outras nacionalidades além do top cinco e não apenas a Jordânia e os EUA.





Países mais seguros do mundo - Portugal desce um lugar apesar de estar ainda entre os primeiros lugares



Nos primeiros lugares estão a Islândia, Nova Zelândia e Dinamarca. Em 2020 e 2019, Portugal ocupou o terceiro lugar como o mais seguro do mundo, mas este ano caiu um lugar a favor da Dinamarca. O Ministro da Administração Interna diz que *“Portugal registou, em 2020, os indicadores mais baixos de criminalidade desde que existe o atual modelo de registo, há mais de 30 anos. É importante recordar que isso foi conseguido num ano tão difícil como este de pandemia que, em muitos países, contribuiu para o aumento da conflitualidade*

e para o aumento de algumas formas de criminalidade”.

O Índice Mundial da Paz é elaborado todos os anos pelo Instituto para a Economia e Paz, sediado na Austrália.

Na edição deste ano, a 15.^a (que abrange 99,7% da população mundial), é possível concluir que o nível global de paz manteve a tendência de deterioração, num mundo em que os conflitos e crises surgidos na década passada começaram a diminuir e a ser substituídos por uma nova onda de tensão e incerteza em resultado da pandemia Covid-19 – a par das tensões crescentes entre as principais potências.

Portugal está em 13.º lugar na tabela de risco de bolha imobiliária

De acordo com um estudo da Bloomberg Economics, Nova Zelândia, Canadá e Suécia são os países que apresentam os índices de risco de bolha imobiliária mais preocupantes. Os preços dos imóveis no contexto global estão a emitir um tipo de alerta de bolha imobiliária que não se via desde a crise financeira de 2008.



De acordo com um estudo da Bloomberg Economics., os principais mercados residenciais como a Noruega, o Reino Unido e a Dinamarca também estão entre os que mais correm o risco de atingir uma bolha. *"O estímulo que ajudou a colocar a economia global de pé também está a alimentar um novo problema: bolhas imobiliárias"*, escreve Niraj Shah, economista-chefe responsável, no relatório. *"Um cocktail de ingredientes está a fazer subir os preços das casas a níveis sem precedentes em todo o mundo"*.



A contribuir para os riscos da bolha imobiliária estão as taxas de juros baixas em mínimos históricos, estímulos fiscais sem paralelo, poupanças bloqueadas prontas para serem usadas, stock limitado de casas e expectativas de uma recuperação sólida da economia. O teletrabalho e os incentivos fiscais oferecidos por alguns governos são também fatores que estão a alimentar a procura por casas.

Entre os dez países com maior risco estão também os EUA, Bélgica, Áustria e França.

Já nos últimos três lugar de risco de bolha imobiliária, estão a Itália, a Irlanda e, na última posição, o Japão. A bolha imobiliária, como qualquer outra bolha inflacionária, é causada por um aumento exacerbado nos preços dos imóveis que não reflete realmente o valor dos bens.

Imobiliárias com novas obrigações de comunicação de operações suspeitas

As imobiliárias têm novas obrigações de identificação e diligência de clientes suspeitos de branquear capitais ou financiar terrorismo, ou dos quais duvidem da veracidade ou adequação dos dados de identificação.

O novo regulamento de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo no setor do imobiliário, publicado em Diário da República, surge quase dois anos após ter entrado em vigor. Quanto a procedimentos gerais de identificação e diligência, o regulamento agora publicado mantém a obrigatoriedade de recolher elementos de identificação de clientes da transação



imobiliária, ou representantes, quando estabeleçam relações de negócio ou efetuem transações ocasionais de montante igual ou superior a 15 mil euros, independentemente de a transação ser realizada através de uma única operação ou de várias operações aparentemente relacionadas entre si.

Mas o diploma acrescenta duas novas alíneas a esse artigo, para alargar esta obrigação de identificação e diligência quando *"se suspeite que as operações, independentemente do seu valor e de qualquer exceção ou limiar, possam estar relacionadas com o branqueamento de capitais ou com o financiamento do terrorismo"*, e quando *"existam dúvidas sobre a veracidade ou a adequação dos dados de identificação dos clientes previamente obtidos"*.



Este novo regulamento, mantém também a obrigatoriedade de as entidades imobiliárias comunicarem ao IMPIC, nomeadamente, elementos relativos a contratos de arrendamento cujo valor de renda mensal seja igual ou superior a 2.500 euros, ou elementos relativos a cada transação imobiliária em que intervenham.

A identificação do cliente é feita, segundo o diploma, antes do estabelecimento da relação do negócio e inclui dados como nome, morada, nacionalidade, NIF -- Número de Identificação Fiscal, profissão e entidade patronal, ou, no caso das empresas, morada da sede ou sucursal ou identificação de titulares com participações superiores a 5%.

As imobiliárias mantêm a obrigação de um registo escrito das informações recolhidas, a manter por sete anos, e da definição de modelos de gestão de risco que permitam identificar operações suspeitas de branqueamento ou de financiamento do terrorismo.

Prémios Ibérico de Arquitetura e Construção chega a Portugal

A Associação Técnica Espanhola de Galvanização vai estender a Portugal o concurso para os Prémios ATEG 2021 de Arquitetura e Construção Otilio García. Pela primeira vez, os prémios de passam a ter um caracter ibérico.



O prémio destina-se a todas as obras de arquitetura realizadas em Espanha e Portugal que incorporem aço galvanizado e que tenham sido concluídas entre 1 de Janeiro de 2017 e 15 de Outubro de 2021. Os trabalhos em concurso incidirão na utilização inovadora e sustentável do aço galvanizado por imersão a quente ou galvanizado geral, *“destacando-se o seu importante contributo para a*

arquitetura sustentável como um material fundamental na economia circular”.

O júri irá procurar valorizar *“a amplitude e relevância da utilização do aço galvanizado e a sua importância na conceção e execução do projeto, bem como o seu carácter inovador e criativo, o contributo do aço galvanizado na construção e seus usuários, desde a abordagem circular em termos de reaproveitamento, durabilidade, reciclabilidade e sustentabilidade, e a integração e compatibilidade do projeto com o meio ambiente”*, faz notar a associação.

Serão atribuídos três prémios: Prémio ATEG 2021 Arquitetura e Construção Otilio

García no valor de 6.000 euros, Prémio Asturiana Especial de Zinco de 3.000 euros e um segundo prémio de 2.000 euros. O prazo para envio da ficha de inscrição termina em 15 de Outubro de 2021.



“Você não sabe que resultados virão da sua ação. Mas se nada fizer não existirão resultados”

Mahatma Gandhi